



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 11/2012

**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **vinte e oito** dias do mês de **Junho**, do ano **dois mil e doze**, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **3ª Sessão Ordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Sergio Paiva e António José Real da Fonseca e Joaquim Campos como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Informação Escrita sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

PONTO 2 – Projeto de Deliberação para a Realização de Referendo Local relativamente à pronúncia da Assembleia Municipal de Odivelas sobre a Reorganização Autárquica a efetuar nos termos do artigo 11º, nº1 e nº3 da Lei nº 22/2012 de 30 de Maio.-----

PONTO 3 - Proposta de Programa de Implementação das Atividades de Enriquecimentos Curricular nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o Ano Letivo 2012/2013 -----

PONTO 4 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas -----

PONTO 5 - Proposta da Componente de apoio à Família (CAF) na Educação Pré-escolar na vertente Prolongamento de Horário – Ano Letivo 2012/2013 -----

PONTO 6 - Proposta de Alteração ao Regulamento para atribuição de Medalhas Municipais ----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pelo seu substituto legal **Eugénio Marques**.-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **António dos Anjos Ferreira**, pelo Membro **Alcina Trindade**.-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo Membro **João Curvêlo**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **Cristina Azedo**, pelo Membro **António Nunes**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **Fátima Amaral**, pelo Membro **João Lourenço**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **João Figueiredo**, pelo Membro **Conceição Cuco**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia, **Raquel Rodrigues**, pelo Membro **José Rodrigues**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **38** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências dos seguintes membros: Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, Vítor Machado e Susana Neves, pela bancada do PSD e do PS, respetivamente.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Srª Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores Hugo Martins, Fernanda Franchi, Sandra Pereira, Carlos Bodião e Rui Francisco, pelas bancadas do PS, PSD e CDU, respetivamente.-----



Asssembleia Municipal de Odivelas
O Senhor Presidente da Assembleia propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Moção** pela **“Em defesa de uma política cultural digna”**, (documento 1) que seguidamente se transcreve:-----

“O setor da Cultura tem sido, historicamente, um dos mais secundarizados na orientação das políticas públicas e nas grandes opções orçamentais. Contudo, o agravamento brutal desta situação é notório desde que o XIX Governo Constitucional tomou posse: a situação que hoje se vive no meio cultural justifica uma tomada de posição clara de todos os protagonistas do setor e de todos os intervenientes políticos com responsabilidade nesta área.-----

A escolha de acabar com o Ministério da Cultura é um espelho da falta de investimento na política cultural, e mereceu críticas de vários setores da sociedade portuguesa. Para além disso, o orçamento da Secretaria de Estado da Cultura não passa hoje de uns míseros 0,1% do Orçamento Geral do Estado (OGE). A cultura pesa hoje muito menos no OGE. Esta escolha reflete-se não só em termos de valores absolutos, mas também tem um impacto enorme nas várias instituições culturais que vêem hoje ameaçada a sua existência, sendo obrigadas a trabalhar em condições de extrema precariedade.-----

O apoio ao cinema feito em Portugal, uma área que mais se tem destacado publicamente nos últimos meses, está a sofrer um corte inimaginável e incomparável com qualquer outro setor da economia: neste momento, estão paralisados todos os mecanismos de financiamento para o corrente ano, assim como os pagamentos referentes a concursos de financiamento de anos anteriores. Nem sequer os concursos que o governo está legalmente obrigado a lançar foram ainda abertos. Isto representa um corte de 100% no apoio ao cinema português, configurando uma situação inaceitável a todos os níveis. Numa altura em que o Cinema Português é premiado e reconhecido em todo o mundo, o governo escolhe paralisar todo o setor. Esta escolha é profundamente errada e terá consequências inimagináveis num futuro próximo.-----

É certo que muito do que se vai fazendo na área cultural em Portugal depende das autarquias. Mas é certo também que, nas próprias autarquias, os problemas se avolumam. Sem nunca ter existido uma relação clara entre as responsabilidades centrais e locais, não se construiu também nunca a autonomia dos equipamentos culturais locais ou a transparência e continuidade das políticas locais. E agora, sobre toda a fragilidade, agudizam-se os cortes ao nível local e central.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A tudo isto, somam-se as medidas gerais previstos no OGE, as quais afetam com especial incidência as coletividades amadoras (um bom exemplo disso será o aumento da electricidade de 13% para 23%). A política cultural seguida por este governo não só está a garantir a desprofissionalização completa do setor cultural, como o encerramento de um número muito significativo de coletividades amadoras surge hoje como uma possibilidade muito mais real.-----
Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 28 de junho de 2012:-----

- 1) Condena os princípios gerais da política cultural deste Governo, os quais têm limitado o direito de populações inteiras a terem acesso ao direito constitucional de "criação e fruição cultural";-----
- 2) Exige do Governo da República Portuguesa, bem como de todos os agentes políticos com responsabilidade sobre esta área, a garantia de condições dignas de apoio e financiamento da Cultura;-----
- 3) Propõe a afetação de fundos comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) ao financiamento ao cinema e audiovisual, para dar resposta excecional a uma situação também ela excecional. Enquanto se aguarda que uma nova lei entre em vigor, o financiamento à criação e produção de cinema português através do QREN pode evitar o descalabro no setor. Acresce que esta é uma opção que não pesa nas contas públicas. A contrapartida nacional exigida neste momento é apenas de 15% e, sendo o cinema uma área de emprego intensivo de mão-de-obra e gerador de muitas cadeias produtivas, é certo que o Estado arrecadará bem mais em contribuições à segurança social e em IVA do que terá de despende para assegurar a execução das verbas comunitárias que dedique a esta área."-----

Pela bancada do BE, foi apresentada uma **Moção** pela "**Para que as condições da detenção de Nabil Al-Raee sejam divulgados**", (documento 2), que seguidamente se transcreve:-----

"O cidadão palestino Nabil Al-Raee, diretor artístico do Freedom Theatre, trabalha no Campo de Refugiados de Jenin, na Cisjordânia. Desde 2006, desenvolve um projeto, o Freedom Theatre, que tem como objetivo ajudar as crianças e jovens dos campos de refugiados a ter "a esperança de que há vida para além do muro de betão". Nabil Al-Raee é casado com a atriz portuguesa Micaela Miranda.-----

Na madrugada de 6 de junho, Nabil Al-Raee foi sequestrado por soldados israelitas, de rosto coberto, sem qualquer explicação. Esta situação representa uma flagrante violação dos direitos humanos mais elementares, tendo sido já condenada por diversas organizações internacionais.



Assembleia Municipal de Odivelas

Neste momento, são escassas as informações sobre as condições e motivos da detenção de Nabil Al-Raei. Segundo se sabe, este estará detido numa prisão no Norte de Israel, ainda sem qualquer acusação formada, nem tão-pouco data para a sua libertação. Os seus advogados foram autorizados a contactá-lo apenas durante meia-hora, no dia 20 de junho (duas semanas após o sequestro).-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 28 de junho de 2012, apela ao governo israelita, através do Senhor Embaixador de Israel em Portugal, para que os motivos e condições da detenção de Nabil Al-Raei sejam divulgados e os seus direitos sejam respeitados."-----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**.-----

João Lourenço, pela bancada da **CDU**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

"Passaram poucos dias sobre o dia em que administração pública, central e local, deveriam receber os seus subsídios de férias. Pela primeira vez depois do 25 de abril, os trabalhadores não receberam esse subsídio por decisão do governo PSD e CDS/PP, que injusta e inconstitucionalmente o retirou por prazo indeterminado.-----

Os eleitos da CDU na assembleia municipal de Odivelas, manifestam o seu veemente protesto contra esta extorsão de que são alvo centenas de milhares de trabalhadores portugueses, solidarizam-se com eles neste momento de grandes constrangimentos financeiros.-----

Os funcionários públicos, pensionistas e reformados, foram escolhidos pelo governo PSD e CDS, pagar os erros de décadas de políticas erradas e nefastas para os interesses nacionais. São, como sempre, os alvos mais fáceis para as políticas de direita, desde sempre interessadas em destruir serviços públicos, e em criar mais e melhores condições para os privados.-----

O atual governo mais interessado em favorecer os interesses dos mercados do que dos portugueses, aceitou vergonhosamente a imposição da Troika, de cortar subsídios e salários, contribuindo assim, para aumentar as situações de pobreza em Portugal.-----

Vemos agora demagogicamente alguns partidos referirem-se a esta situação como uma injustiça, memória curta têm alguns que assinaram um memorando de entendimento com a Troika, onde esta e outras imposições gravemente lesivas dos interesses portugueses constavam.-----



Quanto nós, desde o primeiro momento, contestavam e combatemos estes planos de austeridade, e as suas medidas, tal como continuaremos a fazer ao lado dos trabalhadores e de todos portugueses, até que os seus direitos sejam repostos e garantidos.”-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**-----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

“O Conselho Municipal de Juventude em Odivelas foi criado durante o mandato passado, em 2007, tornando-se o Concelho de Odivelas num dos primeiros municípios do país a dispor deste importante órgão consultivo municipal que se debruça sobre matérias relacionadas com as políticas de juventude.-----

O Conselho Municipal de Juventude composto pelos representantes das diversas Associações Juvenis sediadas no município de Odivelas, assim como das Associações de Estudantes do ensino básico, secundário e superior, existentes na área do município, e ainda dos representantes das juventudes partidárias com representação nos órgãos municipais ou na Assembleia da República, através do encontro entre os referidos agentes, promovendo o salutar debate de ideias, visa entre outros aspetos e em traços muito gerais colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, através de um reforço significativo da promoção da cidadania ativa dos jovens.-----

O Município de Odivelas, instalação deste importante aos jovens, fê-lo numa altura em ainda uma legislação habilitante, um dos municípios a liberdade regulamento de funcionamento que tocava à composição e fim concretizando aquela que foi eleitorais do Partido Socialista.-----

No âmbito da lei n.º 812009 de 18 de Fevereiro, criado o regime jurídico dos conselhos municipais juventude, neste sentido surgiu a necessidade pioneiro na criação e órgão consultivo dirigido que não existia deixando a cada na elaboração de ou até mesmo nos do referido órgão, uma das promessas de Odivelas em 2005.-----

Adequar o já existente e pioneiro Conselho Municipal de Juventude de Odivelas à nova legislação, que reuniu na passada Terça-feira dia 26 de Junho no Salão Nobre dos Paços do Concelho, contando com uma participação massiva dos agentes associativos jovens do município de Odivelas.-----

Esta excelente iniciativa, a par com um Mês da Juventude que contou com inúmeras atividades desenvolvidas em estreita parceria com a quase totalidade das Associações Juvenis do município em cada uma das 7 freguesias, e das quais destacamos as mais significativas como foi o caso da Mostra de Talentos realizada em parceria com a Associações de Estudantes da Escola Secundária Pedro Alexandrino no Pavilhão Polivalente de Odivelas com cerca de 300



Asssembleia Municipal de Odivelas
participantes ou as Multiactividades de Desporto Aventura no Parque do Rio da Costa com cerca de 800 participantes ou ainda os Concertos de música na Casa da Juventude assim como os diversos workshops realizados no mesmo espaço e que contaram com centenas de participantes, são a prova da aposta clara que este executivo municipal liderado pela Presidente da Câmara — Susana Amador - tem vindo a desenvolver na área da Juventude.---
Por tudo isto a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odivelas congratula-se com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da Juventude, através da promoção e colaboração entre as diversas associações juvenis do concelho, na promoção e formação de jovens cada vez mais ativos na área da cidadania e associativismo juvenil."-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da CDU, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

"Na qualidade de representante da população de Caneças, quero aqui d meu contributo para a construção de um concelho mais justo e solidário.-----

Na verdade, tenho vindo a colocar à Câmara Municipal a necessidade urgente de reformular o parque infantil no centro da vila de Caneças. Este, muito frequentado e em péssimas condições de segurança.-----

A rede de proteção necessita de ser substituída urgentemente, pois apresenta perigo para as crianças utilizadoras do espaço.-----

Alguns dos equipamentos já aconselham uma substituição porque o seu estado de degradação é elevado e não suporta as ações de manutenção que a Junta de Freguesia lhe vai prestando. Porque defendemos uma intervenção municipal uniforme em todo o concelho, vimos denunciar situações de completo desprezo, que não contribuem para a imagem que pretendemos dar de Caneças e do concelho de Odivelas.-----

Refiro-me ao estado a que chegou o Parque das Fontainhas, muito visitado durante o ano, com especial incidência, no período do verão.-----

O estado a que chegou, é de completa degradação, muitas vezes, por ação de vandalismo que não conseguimos controlar.-----

Mas porque a imagem da freguesia está posta em causa, decidiu a Junta de Freguesia promover obras naquele parque, cuja intervenção está orçamentada em 7mil e 900 euros.-----

Os equipamentos públicos merecem-nos muito respeito e todo o cuidado, para que possam ser utilizados com dignidade pela população, mas o período de manutenção a que estamos obrigados, não contempla as renovações periódicas que os equipamentos reclamam.-----

Um outro aspeto negativo para a imagem destes equipamentos é a falta de substituição dos bancos dos jardins. Muitos deles não suportam qualquer tipo de manutenção, precisam de ser substituídos, mas a CM não tem dado resposta a estas situações.-----



Asssembleia Municipal de Odivelas
Muitas das árvores dos jardins públicos, têm sido rececionadas em muito mau estado, acabando por morrer, mas a sua substituição continua a ser um drama!-----

Sendo o Município proprietário dos viveiros municipais, não se compreendem tantas dificuldades para proceder à renovação destas árvores.-----

A Rodoviária, recentemente, retirou algumas carreiras na linha Caneças-Vale Nogueira, deixando sem transporte muitos residentes naquela localidade, nomeadamente, pessoas que trabalham fora e alunos universitários.-----

Esperamos uma tomada de posição da CM para que a Rodoviária reponha a situação anterior, servindo as pessoas com a dignidade que elas merecem."-----

Pelas 21h00m, os trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas 21h25m, os trabalhos foram retomados.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Delfim Mota, pela bancada do **PSD**, apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Castro.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**-----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

"O atual Governo da República, sustentado por uma coligação PSD/CDS, cujo primeiro-ministro é Pedro Passos Coelho, assinalou com pompa e circunstância 1 ano de mandato.-----

Sim, foi há pouco mais de um ano que uma coligação negativa de interesses se uniu para "chumbar" o PEC IV e retirar o Partido Socialista da Governação, precipitando uma crise política e um pedido de ajuda externa.-----

Foi, como é bom de ver, um casamento de conveniência. E diz-se que os casamentos de conveniência dificilmente resultam. Mas este casamento de conveniência correu mesmo muito bem. Todos conseguiram exatamente o que queriam. Não sabemos se para sempre, mas todos ficaram felizes.-----

Para alguns, os objetivos eram meramente eleitoralistas, procurando retirar espaço político ao PS. É um velho hobby da esquerda radical: tentar derrubar por todos os meios os Governos de centro-esquerda do PS, mesmo que isso escancare as portas a Governos de Direita. Ou se calhar sobretudo se isso acontecer. É a velha política do "quanto pior, melhor", em que os fins



Assembleia Municipal de Odivelas

justificam todos os meios, mesmo que isso seja prejudicial aos portugueses, às classes médias, aos trabalhadores, às famílias mais pobres.-----

Mas as intenções da direita iam muito além disso: era uma oportunidade de ouro para saciar a sede de chegar ao poder. Na expressão que se tornou popular, era altura de "ir ao pote", rapidamente e em força. E cavalgar a ajuda externa para implementar, a coberto da ajuda internacional, um programa claramente ideológico de desmantelamento do estado social.-----

Nas palavras de Passos Coelho, O candidato, que falava cheio de convicções e princípios antes das eleições, o PEC IV era, imagine-se, demasiado forte:-----

"O PSD chumbou o PEC 4 porque há um momento em que se tem de dizer basta. A austeridade não pode incidir sempre no aumento de impostos e no corte de rendimento";-----

"A nosso ver, o último pacote de austeridade não iria potenciar o crescimento mas impor sacrifícios inaceitáveis aos membros mais vulneráveis da sociedade. Eram demasiados impostos e uma redução de despesa insuficiente".-----

Já o Pedro Passos Coelho, O 1º Ministro, que a falar com menos convicções e ainda menos princípios depois das eleições: parece que afinal o PEC IV não ia suficientemente longe.-----

Aliás, nem o PEC IV, nem o Memorando de Entendimento com a Troika, porque desde então o Governo tem ido sistematicamente muito para além dele. Aliás o PPC de antes das eleições, que se queixava de só ter sabido do PEC IV no dia em que foi apresentado (a primeira de muitas mentiras, como depois se descobriu), afinal passou a alterar sucessivamente o Memorando sem sequer dar cavaco (salvo seja!) aos partidos da oposição.-----

Entretanto, Pensionistas e Funcionários Públicos foram arvorados em réus da crise de todo um país. Viram a sua massa salarial baixar consideravelmente. Foram-lhes cortados subsídios a que por lei têm direito.-----

Entretanto, aumentam os impostos sobre o rendimento. O auto-proclamado "partido dos contribuintes" dá os seus próprios exemplos de "fanatismo fiscal" e cria novos impostos a pretexto da segurança alimentar. O aumento do IVA sobre a restauração custa ao País 33.000 postos de trabalho.-----

Entretanto, a educação sofre o maior corte deste o 25 de abril de 74. Aumentam os números de alunos por turma. Milhares e milhares de professores têm os postos de trabalho em risco. As Novas Oportunidades estão a ser desmanteladas sem razões, nem estudos, nem dados, só porque sim, por teimosia, por mediocridade, por preconceito ideológico.-----

Entretanto, na saúde assiste-se a um aumento brutal das taxas moderadoras e a um racionamento inaceitável nos cuidados de saúde.-----

Entretanto, eletricidade e o gás aumentam a um ritmo alucinante.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Entretanto, os impostos aumentam, as receitas fiscais diminuem, o desemprego continua a crescer, as expectativas de crescimento são adiadas, os jovens são convidados simpaticamente a emigrar. -----

Nos entretantos, este Governo está a mostrar todos os dias que era tudo o que este país não precisava num momento tão difícil. Cortesia da direita, e também da esquerda radical.-----

Dizem-nos que vivemos acima das nossas possibilidades e até há quem, auferindo de salários milionários, se atreva a dizer que temos de ganhar menos.-----

Mas as Autarquias também estão na mira deste Governo.-----

Perante este cenário de rápida degradação das condições sociais dos Portugueses, têm sido as Autarquias o seu principal pilar de confiança a quem estes recorrem em primeira linha.-----

Mas a sua capacidade de intervenção tem vindo a ser, paulatinamente, colocada em causa:---

Os sucessivos cortes de transferências do orçamento de estado, a famigerada Lei de Cabimentos e compromissos, que tem paralisado as Câmaras Municipais de todo o País, a retenção inaceitável e judicialmente contestada de 5% do IMI (que decorreu na "calada da noite"), os cortes nas candidaturas do QREN, com ações em curso, as dívidas do Ministério da Educação...-----

Com tudo isto colocaram-se as Autarquias em situação muito difícil para depois, pasme-se, colocar à sua disposição aquilo que se retirou, sob a forma de "pacote de crédito", que impõe como condição a perda quase total da autonomia constitucionalmente consagrada, para aqueles Municípios que têm a infelicidade de ter de cair neste "laço".-----

Também nunca tanto como hoje se colocou os autarcas sob um chapéu de permanente suspeita, mas os factos mostram-nos, de forma clara, quem é quem não é pessoa de bem...----

As Freguesias vêem-se hoje sob uma imposição de redução que, inevitavelmente, as vai afastar das populações, colocando em causa o princípio da subsidiariedade. Uma reforma em que o Governo admitiu que nada irá poupar. Uma imposição contra os autarcas e contra as populações, apenas para "troika ver", que, de forma perversa, pretende colocar nas mãos das Assembleias Municipais uma decisão injusta, utilizando uma chantagem inqualificável em que "ou decidem vocês, ou nós cortamos ainda mais Freguesias"-----

O Partido Socialista, no Governo, no Município de Odivelas ou em qualquer uma das 7 Freguesias do Concelho não cederá a esta forma de governar que se refugia na chantagem. Se esta maioria não assume uma reforma que é da sua exclusiva competência é porque, claramente, não acredita nela. Não estamos disponíveis para cortar Freguesias em Odivelas, seja ela o Olival Basto, Famões ou a Ramada.-----

Os factos são implacáveis no resultado desta política: um nível histórico de desemprego perto dos 15%, 25% de desemprego jovem, o aumento da pobreza, degradação do serviço público,



Asssembleia Municipal de Odivelas
uma economia em recessão, uma execução orçamental lamentável e a meta do défice cada vez mais longe.-----

Não é do PS que o Governo se tem de queixar, por estes resultados. O principal Partido da oposição manteve sempre uma postura de grande responsabilidade, dando ao Governo as condições necessárias de governabilidade e estabilidade política, enquanto foi sempre avisando que este não é o caminho.-----

O nosso caminho não é o da austeridade por austeridade. O nosso caminho é do crescimento económico e da justiça social. Precisamos de mais tempo para cumprir os compromissos e de uma europa coesa e solidária para vencer a crise, mas Passos Coelho aparece sempre rendido aos insondáveis "encantos" da Sra. Merkl...-----

Os Portugueses sabem que contam com o Partido Socialista e, em especial, com os Autarcas do Partido Socialista, para com trabalho, dedicação e, sobretudo muita responsabilidade, retomar o rumo do progresso económico e social.-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"O que mais me chamou atenção foi a expressão "casamento por conveniência". Sabe que já abordei esta questão há uns anos, e os "casamentos de conveniência" funcionam, é preciso é haver respeito, ou a Srª deputada pensa que aqui na camara municipal, o casamento que existe é por amor? Não é, é por respeito! Lamento, desiludi-los mas não é por amor, é por conveniência, e funciona.-----

Também tenho a dizer outra coisa. Nós nem sempre estamos de acordo com o que o governo faz, eu pelo menos não estou e vou explicar porquê. Tenho a sensação que o que estamos a fazer agora, endireitar o país, é para que os Srs mais tarde (e quanto mais tarde melhor), venham destruir o que foi feito. É só por isso que eu nem sempre estou de acordo com o governo.-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**-----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, apresentou alterações ao documento nº1.-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**-----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Srª Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Os documentos, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----

Documento nº1, com as alterações propostas pelo Membro João Curvêlo e foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU, MPT, BE, Independente e com os votos contra das bancadas do PSD e do CDS/PP -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD** foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

Luís Salmonete-----

"Pelas razões que já explanei, se o BE tivesse retirado os dois pontos daquela deliberação nós tínhamos votado a favor."-----

Documento nº2, foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU, BE e com os votos contra das bancadas do CDS/PP e do PSD, e com as abstenções do Membro Eduarda Barros, em nome individual, da bancada do MPT e do Independente.-----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos Pontos integrados na **Ordem do Dia**. -----

PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----

Presente para apreciação a "INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro, que se encontra na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Srª Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

No âmbito da discussão usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

José Carlos Pires, pela bancada da CDU, -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Os famosos desvios colossais do ministro Vítor Gaspar, dizemos desvios para não falarmos no descontrolo total das contas do estado, regressaram agora com a divulgação na passada semana dos números da execução orçamental do OGE até 31 de Maio, divulgados pelo Direção Geral do Orçamento.-----

Tudo o que foi orçamentado no OGE, depois revisto em Março, está muito, muito longe de ser alcançado, tudo resultado de uma política de austeridade extrema da responsabilidade do atual governo de direita.-----

Governo de direita que mesmo com estes resultados não quer ver que não é com esta estratégia que saímos da atual situação. -----

Não é destruindo a economia, não é destruindo as empresas, não é colocando o país na miséria que resolveremos os nossos problemas.-----

Tal como o Estado, tal como as empresas, tal como as pessoas, também as autarquias estão a sofrer os resultados desta política de direita, no caso das autarquias com a natural diminuição das suas receitas.-----

No passado mês de Fevereiro, mas também em Abril, alertámos aqui para a quebra da receita municipal e para as consequências naturais dessa descida.-----

Destacámos a quebra muito significativa das receitas, que agora apresentam uma ligeira melhoria mas que em relação a igual período de 2011 ainda apresentam uma variação negativa de mais de 2 milhões de euros, ou seja menos de 7%, atingindo o total da receita os 26,9 milhões de euros.-----

Melhoria resultado de alguma recuperação das receitas de capital, que se no final de Março apresentava uma variação negativa de 76%, mais de 2,3 milhões de euros, apresentam agora e se comparado com igual mês de 2011, uma variação na ordem dos 55% negativos, isto é menos 1,970 milhões de euros.-----

Se então, em Março, as receitas correntes ainda apresentavam um pequeno aumento de 3%, agora a diferença é já negativa na ordem dos 80 mil euros.-----

De positivo, a recuperação que se verifica na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Único de Circulação, a apresentarem já diferenças positivas, ao contrário do que acontece com o IMT, com a Derrama e com Taxas, Multas e outras Penalidades, onde as



Assembleia Municipal de Odivelas

diferenças negativas se acentuaram, mantendo-se a receita proveniente de Rendimentos de Propriedade em níveis muito positivos.-----

Se analisarmos a despesa, verificamos que esta atingiu os 20,4 milhões de euros, o que representa menos 3,4 milhões de euros se comparado com igual período de 2011, representando uma execução de 22%.-----

Para esta diferença, de salientar os decréscimos em aquisição de bens de capital, cerca de 50%, mas também de Aquisição de bens e serviços e Transferências Correntes.-----

As despesas com o pessoal, 42%, a aquisição de bens e serviços, 21%, e a Aquisição de Bens de Capital representam a grande parte da despesa executada.-----

A dívida do Município situa-se no presente nos 52,3 milhões de euros, em que 33,2 milhões de euros, é dívida proveniente de financiamento bancário, de médio e longo prazo, sendo a dívida a fornecedores de 20,3 milhões de euros já considerando as faturas registadas mas ainda não validadas.-----

A dívida bancária indica uma descida de 3,5% em relação á prestação de contas de 2011, e a dívida a fornecedores apresenta uma pequena subida de 250 mil euros, dívida que no seu conjunto apresenta uma diminuição na ordem dos 2,5 milhões de euros se comparado com a prestação de contas de 2011.-----

Ouviram bem, em apenas 5 meses a dívida foi reduzida em 2,5 milhões de euros.-----

Para que não se enganem.-----

Mesmo que alguns não o queiram ver, estes números mostram que a dívida continua a baixar, a baixar a níveis consideráveis, numa altura de enorme quebra de receita, indicando ao mesmo tempo que a CMO continua com boas margens de endividamento.-----

Senhores eleitos, estes dados indicam que a situação não sendo fácil, de enormes dificuldades, indica que a situação está perfeitamente controlada.-----

A situação não é fácil, nem o poderia ser com a política seguida pelo atual governo, mas sabemos que os próximos tempos vão ser ainda mais difíceis.-----

Mas, senhores eleitos também todos nós sabemos, mesmo que alguns não o queiram admitir e por vezes venham aqui fazer considerações que só a eles diminui, todos nós sabemos, que o executivo municipal liderado pela Presidente Susana Amador, dá, diariamente, provas de grande capacidade, de grande competência, capacidade e competência colocados aos serviço de todos os Odivelenses, provas mais que suficientes de que são capaz de enfrentar e ultrapassar todas estas situações."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Nós sabemos de fato a situação que estão atualmente as autarquias, as dificuldades, a intromissão na sua esfera funcionamento, até porque quando estamos na Assembleia



Asssembleia Municipal de Odivelas
Metropolitana, ouvimos muitos representantes de várias câmaras, de outras esferas políticas, e todos a dizem a mesma coisa, parece que se converge nesta decisão global, que é as pessoas reconhecerem que há grandes dificuldades a nível autárquico.-----

Nós congratulamo-nos pelo fato de esta camara não estar em situação incumprimento, e isso é sempre bom. A questão que se coloca é muito simples. Relativamente às dívidas a terceiros, ainda não fizemos as contas, mas agora ocorreu-me esta pergunta ao executivo: há uma linha de crédito posta pelo governo à disposição dos municípios, e não estando a camara em situação de incumprimento, poderá pedir um empréstimo a 14 anos, sem ter que aumentar as taxas de IMI. A questão que coloco à Sr.^a Presidente da Camara, através do Sr. Presidente, é se está no horizonte do executivo, num futuro próximo, recorrer a esta linha credito para pagamentos a mais de noventa dias?-----

Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Relativamente ao documento em análise, são mais as omissões que as incorreções. E a primeira como não custa dinheiro, é muito importante, ou seja, na pagina 6, não há referencia à cerimonia de comemoração do aniversario da vila da Ramada e da criação da freguesia, para qual foram convidados os órgãos municipais, e esteve presente o Sr Vice Presidente, Mário Máximo, em representação da Sr.^a Presidente, esta questão não custa dinheiro, é só uma questão fatual, tem alguma importância, porque ao que consta permita-me a ironia, a agregação não tem efeitos retroativos, continuamentos a exigir que a informação municipal contenha os fatos, pelo menos as efemérides do município.-----

Agora vamos ao que custa dinheiro, obras por administração direta, na página 48, sobressai aqui, isto em termos óticos, poder-se-ia dizer que esta camara está ver muito bem para perto e muito mal ao longe. Daquelas obras por administração direta, de um total de duzentos e dez, logo cento e quinze são em Odivelas, ora mais de 50%, é maior numero de reparações efetuadas em Odivelas, do que nas outras freguesias. A noite quando cai é para todos. -----

Portanto se estamos em dificuldades, acho que essa dificuldade deve ser racionada, porque vinte intervenções na Ramada não é resposta que se dê, à extensão que nós temos, e há outros números que foram aqui divulgados.-----

Portanto, há aqui em termos óticos algum estigmatismo financeiro, e em termos de obras municipais, que em nome de equidade era bom corrigir.-----

Uma vez avocada a competência, o município tem mesmo que assumir toda a monotorização do problema, e as suas responsabilidades, especialmente para o que devia fazer e não foi feito, nunca duvidámos, e manifestámos publicamente que as juntas seriam o plano do poder local, para dar respostas nestas matérias, fariamos mais em menos tempo, e portanto menos dinheiro.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Relativamente ao ambiente, mantém-se a falta de dispensadores, sacos para dejetos canídeos em muitos locais da freguesia da Ramada, já indicados ao município, e há outros em que o contraste é tão grande, jardins tao bem arrançados estão la os dispensadores ferrugentos, que dá um aspeto mau, em alguns locais já merecia que os mesmos fossem substituídos.-----

Relativamente à educação, ainda agora ouvi referência das necessidades em fazer obras nas escolas, mas não ouvi nenhuma escola Ramada, mas a escola Maria Costa tem um processo relacionado com substituição de caixilharia, o dinheiro que está ser gasto em constantes mudanças de fechaduras, de fato as portas estão a cair, porque a caixilharia já ultrapassou o prazo validade. E ainda agora ouviu-se falar em obras escolas, e nenhuma dela é para a freguesia da Ramada. -----

Reposição do equipamento lúdico, quer na escola Maria Costa quer na escola da Amoreira, na área social, seria bom que tivesse vindo referência alguma intervenção na questão da Vila Cabaço, que é uma situação que já foi há muito tempo sinalizada, onde o silêncio do município é total. E como se vê de omissões, são mais que muitas, a juntar às outras desde 29 de fevereiro, para as quais não obtive qualquer tipo de resposta, e que fiz através de requerimento, em 29 de fevereiro e em abril, coloquei uma lista de questões que junto a estas, que até agora não tive respostas.-----

Portanto agradeço que através do Sr Presidente, obtenha resposta. São questão que preocupam o executivo da Ramada, e que deveria haver uma resposta.-----

A única questão que sensibilizou os membros do executivo foi quando coloquei a questão que os miúdos da escola tomaram a sua refeição em pratos já usados, mas tudo que estava a montante não obtive resposta."-----

João Curvêlo, pela bancada do BE.-----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do CDS/PP-----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Srª Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

PONTO 2 – PROJETO DE DELIBERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE REFERENDO LOCAL RELATIVAMENTE À PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS SOBRE A REORGANIZAÇÃO AUTÁRQUICA A EFETUAR NOS TERMOS DO ARTIGO 11º, Nº1 E Nº3 DA LEI Nº 22/2012 DE 30 DE MAIO.-----



Presente para deliberação, Projeto de Deliberação para a Realização de Referendo Local relativamente à pronúncia da Assembleia Municipal de Odivelas sobre a Reorganização Autárquica a efetuar nos termos do artigo 11º, nº1 e nº3 da Lei nº 22/2012 de 30 de Maio, datado de 13 de Junho, e apresentado pela bancada do BE, que se encontra arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro da Assembleia, **João Curvelo**, da bancada do **BE**, como proponente do requerimento do referido ponto.-----

No âmbito da discussão usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva**-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Primeiro ponto nós estamos a discutir a reforma administrativa por isso não vamos entrar nessa discussão se são freguesias ou não. Estamos aqui para aprovar ou não um referendo local.-----"

A lei orgânica de 42000/de 24 de agosto, no seu artigo 4º, matérias excluídas de referendo local, diz que são as matérias integradas na esfera de competência legislativa, reservada aos órgãos de soberania. Ora isto é uma matéria manifestamente exclusiva dos órgãos de soberania, aliás tiveram ocasião de ver o documento que pedi ao Sr Presidente para distribuir da assembleia municipal de Loures, que foi uma deliberação da assembleia republica, com a delimitação dos limites atuais das freguesias, com interferência em concelhos.-----

Também considero que a pergunta para ser feita à população, que está na proposta do BE, é irrelevante, porque essa é uma competência da assembleia municipal. Ora assembleia municipal como órgão próprio e responsável, pode deliberar ou não querer deliberar.-----
Por este fato já devem ter descortinado qual vai ser o nosso sentido voto."-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Reconhecemos legitimidade ao Bloco de Esquerda para apresentar esta proposta, mas a CDU não pode concordar com a mesma.-----"

Trata-se de uma matéria à qual os Órgãos Municipais e de Freguesia se têm vindo a pronunciar contra, bem como, a população o tem feito na rua, por exemplo, a 31 de Março



passado, naquela que foi considerada a maior manifestação, realizada em Portugal, em defesa do Poder Local Democrático.-----

A nossa posição sobre este assunto é, como sempre tem sido, em defesa de todas as Freguesias e do Poder Local, consagrado na Constituição da República Portuguesa.-----

Mas também, no concelho, a CDU entende que o atual quadro autárquico é justo, inequívoco e equilibrado. Qualquer redução de freguesias ou a sua agregação, apenas viria criar confusão, dificuldades e muitas incompreensões, indesejáveis no período corrente em que vivemos.-----

Que não se diga, agora, que esta posição é contrária ao discurso do PCP e da CDU, porque isso não é verdade, como não somos contra uma Reforma Administrativa, estudada e discutida com os eleitos nas autarquias e com as populações, caso a caso, procurando consensos e nunca impondo uma qualquer vontade arbitrária, aos verdadeiros interesses do nosso povo.----

Admitir um referendo para uma causa tão importante como esta, no momento em que as populações e os seus representantes autárquicos exigem a revogação da mesma, seria como que abrir a porta para que os inimigos do Poder Autárquico e das Freguesias, conquistassem posições no terreno.-----

A CDU considera, portanto, a proposta apresentada, inoportuna e inadequada, pelo que aproveitamos esta ocasião para solicitar democraticamente ao Bloco de Esquerda, que retire a mesma, e que contribua unitariamente para o derrube deste atentado ao Poder Local e ao 25 de Abril, que nos está a ser imposto pelo Ministro Relvas, em nome do atual Governo."-----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração.-----

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva**-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração.-----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração.-----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**-----

Paulo Pinheiro, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Em primeiro lugar gostaria de dizer que toda a fundamentação desta proposta é contraditória, quando alega, por exemplo Carta Europeia de Autonomia Local, quando diz que: "...como foi retificado pelo Estado português, logo é inconstitucional, a lei nº4/2000." E nada disto foi referido na fundamentação oral, por isso não entendo qual é aplicação desta fundamentação escrita. Já foi aqui provado, o deputado Luís Salmonete já o fez, que este referendo



infelizmente é ilegal. A pergunta remete ou apela que as pessoas que forem votar, que pratiquem um ato inconstitucional, e alerta para o artigo 115º, nº4, alínea c) da CRP, quando a pergunta remete para as competências de um órgão autárquico, só pode ser decidido pela Constituição. Portanto há aqui um problema jurídico.-----

Sobre a abertura desta questão, isso compete a cada um de nós fazê-la. Não têm que ser os órgãos, por si só abrir esta discussão.-----

Por fim, gostaria de dizer que fiquei surpreendido pela negativa, quando na fundamentação se diz, que a assembleia municipal não tem legitimidade para discutir este assunto.-----

Isto significa na minha opinião, uma declaração de morte à assembleia municipal, e do poder autárquico.-----

Por isso como deputado municipal, usando este espaço para fazer política e representar os cidadãos, fica mal dizer que este espaço não tem legitimidade para o decidir. Ficando assim completamente contraditório."-----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do CDS/PP-----

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Rejeitado por Maioria**, com votos contra das bancadas MPT, CDS/PP, Independente, PSD, PS, CDU e com os votos a favor da bancada do BE. -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **João Curvelo, Miguel Cabrita e Miguel Xara Brasil**, pelas bancadas do **BE, PS e CDS/PP**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

João Curvelo-----

"Já não é o Sr Luís Salmonete a propor que retiremos pontos que apresentamos, propôs no PAOD, e agora junta-se a CDU neste projeto deliberação.-----

Não se compreendi muito bem a primeira intervenção do Sr Presidente da assembleia municipal, porque para além de dizer coisas que não são verdade, foi uma intervenção mais política que foi feita nesta assembleia municipal, e creio não é aceitável que assim o seja no início da discussão do ponto.-----

Para além disso erra quando diz que um referendo local impossibilita a realização de uma pronúncia, ou ausência desta, não é verdade. E gostaria que explicasse porque é que o diz uma vez que não encontramos nenhuma contradição nem limitação.-----



Asssembleia Municipal de Odivelas

Sobre a intervenção Luís Salmonete, que declara ilegalidade deste referendo, também não compreendo porquê, presumo que se refira à pergunta e cita a lei dos referendos locais, quando diz que um referendo local, só pode ser matéria da competência da assembleia municipal, então exclui competências da assembleia republica.-----

Acontece que nada nesta pergunta fala de competências da assembleia republica, o que se quer referendar é pronuncia desta assembleia municipal.-----

Portanto não encontramos matéria de ilegalidade e não entendemos a posição Luís Salmonete.-----

Miguel Cabrita-----

“Sobre esta reforma administrativa, sobre o modo como foi conduzida, sobre contornos e consequências, temos tomado sucessivamente nesta assembleia municipal, posição, e é uma posição que mantemos, e que em muitas matérias é coincidente com as preocupações que o BE exprimiu. De igual modo a questão do referendo local sobre esta matéria também já foi discutida noutra ocasião, e na altura o PS desde logo manifestou as suas dúvidas e reticencias sobre esta matéria.-----

E perante esta proposta em concreto apresentada pelo BE, o PS votará por conformidade.---

É uma proposta cujo alcance percebemos, que vem no seguimento de outras intervenções que o BE já fez, é uma proposta que é suportada por uma extensão fundamentação jurídica, que nós saudamos, mas que em nosso entender não apaga a complexidade de toda esta questão. Segundo julgo saber, aliás foi público, na altura em que esta lei da reforma do mapa autárquico, o BE anunciou publicamente pela voz do seu líder, Francisco Louça, que iria propor na assembleia republica, aquando da discussão desta matéria, alteração ao texto legal de modo a que só fossem aceites alterações dos limites de freguesias que fossem aprovadas em referendo local. Creio que o BE terá cumprido o que propôs, mas a proposta não foi aceite na assembleia republica.-----

O que eu gostava de dizer é que não foi por acaso que essa proposta foi apresentada pelo BE na assembleia republica, e razão é simples, que alias líder do BE teve ocasião de dizer, aliás cito declarações públicas que ele fez, ou seja, o fato de diferentes autarquias já naquela altura terem aprovado que se fariam referendo locais sobre esta matéria, isto só teria efeito, se a lei 32/2012 permitisse, com uma disposição específica sobre esta matéria, que esses referendos tivessem alguma validade. Por uma razão simples, como sabem os referendos não podem ser sobre matérias legais, aquilo que é uma discussão legal, conteúdo da lei não pode ser referendado, porque a assembleia república tem o poder nas matérias segundo a sua competências exclusiva para legislar.-----

E neste caso, relativamente à pergunta proposta, é evidente que esta não diz nada sobre conteúdo legal e sobre os limites freguesias, mas é uma pergunta sobre aquilo que a



Assembleia Municipal de Odivelas
assembleia municipal deve fazer sobre esta matéria, portanto, indiretamente é uma pergunta sobre questão freguesias.-----

E dizia eu, e é sobre isto que quero focar, não foi por acaso que o BE apresentou e bem, na assembleia republica uma proposta para fazer com que esta lei, só permitisse alterar freguesias nos casos em que em termos autárquicos e legais referendos locais que o validassem. Porque só se isto estivesse na lei, os referendos locais, seriam válidos.-----

É uma questão simples.-----

Eu vou citar as declarações do Francisco Louça, líder BE: "...a proposta BE pudesse passar no parlamento para que estas consultas se pudessem realizar".-----

Como dizia, penso que era nessa sede que isso deveria ter sido feito porque qualquer referendo local que se pronuncie em concreto sobre esta matéria, nunca terá efeito pratico, porque a lei é clara nos critérios, podemos ou não concordar com eles, mas como aqui disse não é isso que está aqui em discussão, a verdade é que a proposta não foi aceite, a lei nº 22/2012 foi aprovada, define com muita clareza quais os critérios que numa área que é competência exclusiva da assembleia republica vão ser aplicados para redução de leis, e que determina quantas freguesias vão ser extintas com que critérios, com que procedimentos.-----

Portanto as leis não são referendáveis.-----

Há questões jurídicas muito complexas sobre esta matéria, não quero entrar em detalhes, agora o que me parece claro pelas razões que foram evocadas, é que não é claro que esta matéria fosse de fácil constitucionalidade, não me parece nada claro que o referendo e o seu resultado, pudesse alguma vez sobrepor aquilo que é o conteúdo da lei nº 22/2012. E nesta matéria alem de pudermos criar um referendo sobre questões que já foram legisladas pela assembleia república, podíamos estar incorrer num erro que é criar expetativas às pessoas, de que aquilo que elas votassem ia ter uma tradução pratica. Pode ter uma tradução pratica, eventualmente, no pronunciamento da assembleia municipal, mas na pratica daquilo que são as freguesias não ia ter nenhum efeito, porque volto a repetir essa matéria foi determinada pela lei nº 22/2012, e não era nenhum referendo que ia alterar.-----

Portanto o resultado do referendo que viéssemos a promover, eventualmente iria condicionar a assembleia municipal, mas não iria condicionar o resultado do processo legislativo final.-----

E já agora sobre esta matéria, queria frisar, que eu não aceito que se diga que discutir na assembleia municipal esta matéria, seja fazer a democracia nas costas das pessoas, não aceito de todo. Considero-me legitimado para o fazer, mas mesmo que pudéssemos por isso em causa, as assembleias municipais não são a democracia nas costas das pessoas.-----

Há ainda uma última questão que não é fundamental, mas parece relevante, nós poderíamos fazer referendo, cumprindo os prazos legais, mas o fato de o convocar não iria parar os prazos de aplicação da lei nº 22/2012, porque a assembleia republica não era obrigada a esperar por aquilo que nós fazemos. Se assim fosse, na prática estaríamos a impedir a assembleia municipal de se pronunciar sobre esta matéria. Agora a lei nº22/2012 iria para frente e o



Asssembleia Municipal de Odivelas
resultado das freguesias estaria feito, independentemente daquilo que a assembleia municipal
pudesse aqui fazer.-----

E nós estamos contra isso, achamos que a assembleia municipal deve decidir se quer ou não,
pronunciar sobre esta matéria."-----

Miguel Xara Brasil-----

"No programa do CDS/PP estava a questão da redução das freguesias. Portanto quando o
deputado João Curvelo afirma que não estava contemplado em nenhum programa, estava.----

E o CDS/PP em campanha disse sempre que iria cingir à TROIKA. Portanto fazer mentira para
sustentar uma proposta não me parece elegante. Sempre ouvi o Dr Paulo Portas dizer que era
a favor da redução de freguesias, deste modo não está a favor mais do que disse que fazia.--

O que está em causa não é redução freguesias são as juntas de freguesias. O que está em
causa nesta nova lei é redução de juntas de freguesias.-----

O CDS/PP apresentou uma sugestão para se pensar com razoabilidade os atuais números de
freguesias, se seriam mais ou menos, os atuais limites das freguesias, até os bairros se faz
sentido haver bairros em duas freguesias, e não foi aceite, porque se partia da premissa que
menos, nem pensar.-----

O que faz sentido é olhar par atual concelho, ver os seus limites, o estudo tinha de ser de tal
forma aberto para que fosse honesto. -----

E partir para um estudo a dizer que, de certeza que menos é que não pode ser, é que não faz
sentido, tanto pode calhar cinco, sete, oito ou dez. O que o estudo desse, e se fosse serio, era
aquilo que deveria ter sido feito. E fizemos isto, antes da proposta, porque se estivéssemos
antecipados, tal como Lisboa fez, se calhar as coisas tinham corrido de outra forma, e
podíamos estar a pedir mais uma ou mais duas. Mas não se quis.-----

Depois quanto ao referendo, nós somos totalmente a favor referendos porque achamos que faz
sentido, e existem matérias que até já deviam ter sido referendadas em Portugal, e não
sabemos porquê é que não foram. E também acho que faz todo o sentido, fazer referendos
locais.-----

Agora referendar, se a assembleia municipal vai ter competência ou não, não faz sentido. Se
quisessem referendar à população se queria ou não, agora referendar à assembleia municipal
se vai pronunciar-se ou não, a mim não faz sentido. Até acho que a pergunta está mal
enquadrada, sob esse ponto de vista. Porque é que vamos ouvir um não. Não se podem
pronunciar? Acho que não era isso que nós queríamos. Nós temos aqui liberdade de nos
pronunciarmos sobre esta questão.-----

Acho que a pergunta podia ser outra, e ter outro impacto. Até podia suscitar um debate mais
serio e aprofundado sobre esta questão, mas não, com este tipo de pergunta."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, informou todos os presentes que se encontrava aberto um período para intervenção do público, não se tendo registado **nenhuma inscrição**. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia**, declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 23h50m dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----
